

O PR não vai pedir cargos a Bolsonaro, garante José Rocha

HENRIQUE BRINCO
REPÓRTER

O PR anunciou que irá integrar a base do Governo Jair Bolsonaro (PSL) no Congresso Nacional. Com 33 deputados, o apoio da agremiação eleva para 108 o total de parlamentares na base do futuro governo. O número ainda é insuficiente para a aprovação de emendas constitucionais ou projetos de lei complementar - que precisam de 308 e 257 votos, respectivamente. "O que levou o PR a apoiar Bolsonaro foi justamente as propostas que ele anunciou para a nossa bancada, uma nova era de

governabilidade", afirmou José Rocha à **Tribuna**. O republicano afirma que a legenda não negociou cargos no Executivo Federal para selar o apoio. "Não tratamos de cargos. Nós não vamos pedir cargo nenhum ao governo Bolsonaro".

Indagado sobre a principal bandeira de Bolsonaro, que é a Reforma da Previdência, Rocha defende um novo projeto mais duro para ser implantado ao longo de três décadas. "A Reforma da Previdência, ele apresentou uma reforma fatiada, mas apresentei uma sugestão. Seria fazer uma reforma dura para 30 anos, a longo prazo, mas que ela vigora para quem entrar no sistema após a promulga-

ção da emenda. E fazer o projeto de lei complementando os pontos mais emergentes, como idade mínima".

Segundo o jornal O Estado de S.Paulo, no mesmo dia em que se reuniu com Bolsonaro, a legenda também abriu um canal de comunicação com outros 14 partidos. O objetivo seria formar um grande bloco com cerca de 300 parlamentares, o que também pode contribuir para a decisão do futuro presidente da Casa. Fazem parte PP, MDB, PSD, PR, PSB, PRB, PSDB, DEM, PDT, Solidariedade, PTB, PCdoB, PSC, PPS e PHS. O líder do MDB na Câmara, deputado Baleia Rossi (SP), já disse que o partido



O LÍDER do PR na Câmara dos Deputados, José Rocha, disse que o partido não trocará apoio no Congresso por cargos

não vai fazer indicações para o governo eleito. "Estamos vivendo uma nova política. O MDB não reivindicou cargos, não tem pretensão de indicar ninguém no governo, mas tem a responsabilidade de debater uma agenda programática, uma agenda que possa significar geração de empregos, melhora na economia,

melhora na qualidade de vida da população", afirmou Rossi na última semana. No final de novembro, à **Tribuna**, Mario Negromonte Jr afirmou que o PP "não tem fechamento de questão para apoiar Bolsonaro". "Nós aqui na Bahia apoiamos o PT de Haddad. Uma parte do PP nacional apoiou Bolsonaro e outra apoiou

Haddad, Ciro ou Alckmin. O partido não tem fechamento de questão para apoiar Bolsonaro. A princípio não há nenhuma perspectiva de indicar nada e nem de participar do governo".

Nesta semana, o prefeito de Salvador e presidente nacional do DEM, ACM Neto, avaliou como positiva a iniciativa do futuro governo para dialogar com os partidos e com o Congresso. Segundo ele, o governo de Jair Bolsonaro (PSL) vai precisar "fundamentalmente" do Congresso Nacional para aprovar os projetos e precisa dialogar com os partidos. "Desde as primeiras conversas que tive com Onyx [Lorenzoni - futuro ministro da Casa Civil], eu sentia essa disposição em dialogar com os partidos, as bancadas e ouvir as lideranças partidárias. Hora nenhuma eu percebi qualquer indisposição neste sentido. A política é arte do diálogo, da construção de caminhos a partir de entendimentos. Eu não vejo outra forma de fazer político. O governo tem uma agenda desafiadora para começo do próximo e vai precisar fundamentalmente do Congresso Nacional", declarou.

Mudanças

ACM Neto diz que Tinoco voltará para a Câmara



ACM NETO disse que o secretário municipal de Cultura e Turismo, Cláudio Tinoco, voltará à Câmara após o seu suplente ficar dois dias desaparecido

RODRIGO DANIEL SILVA
REPÓRTER

O prefeito de Salvador, ACM Neto (DEM), disse, ontem, que o secretário municipal de Cultura e Turismo (Secult), Cláudio Tinoco (DEM), voltará à Câmara após o seu suplente, Vado Malassombra (DEM), ficar dois dias desaparecido. "Isso deve acontecer na segunda-feira. Como o vereador Vado me parece que ainda está sob cuidados médicos, e a gente tem que respeitar esse momento pessoal dele, então, é muito provável que o secretário Tinoco seja exonerado, retornando seus trabalhos na Câmara para votar os projetos nessa reta final do Legislativo", declarou, em entrevista à

imprensa, após acompanhar o início da demolição da Escola Municipal Engenho Velho da Federação e assinar ordem de serviço para o início da construção da nova unidade de ensino no mesmo local.

Vado apareceu na última quarta-feira após ficar 48 horas desaparecido. Segundo a Polícia Civil, ele foi encontrado sem nenhum ferimento ou qualquer problema na sua integridade física, mas estava confuso na Avenida Dorival Caymmi, no bairro de Itapuã. Inicialmente, o carro do vereador foi encontrado estacionado. O suplente de legislador sumiu após ir à Câmara de Salvador pedir um modelo de carta de renúncia. Ele alegou que, se não renunciasse, perderia a família. Na oca-

sião, saiu chorando.

Ao comemorar a decisão da Justiça de obrigar o Instituto Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema) a liberar as licenças e outorgas necessárias para o andamento das obras do BRT, o prefeito voltou a cutucar o governador reeleito Rui Costa (PT). "Recebi essa decisão com grande alívio. Infelizmente, o governo do Estado, num ato de perseguição, determinou ao Inema que não concedesse a licença, o que é um absurdo", afirmou, ao salientar que se sente "traído" pelo governo sobre o BRT.

"Me sinto traído porque, quando fizemos acordo para o projeto do BRT, foi no momento em que transferimos o metrô para o governo do Estado. Construímos isso

com eles, com Jaques Wagner, que era governador, e com Dilma [Rousseff], então presidente. Rui Costa era secretário de Wagner. Foi nessa época que a gestão de Dilma avaliou e autorizou, do ponto de vista técnico, o projeto. Agora vem Rui Costa querer me perseguir e prejudicar a cidade", acusou.

Neto, ainda, comentou a declaração do filho do presidente eleito Jair Bolsonaro (PSL), o senador eleito Flávio Bolsonaro (PSL), que se mostrou contra o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM), ser reeleito para o posto. "O filho de Bolsonaro que deu essa declaração é senador, não vota nessa eleição para presidente da Câmara", minimizou.

Servidores fazem novas manifestações contra pacote de Rui

O polêmico pacote de medidas de austeridade fiscal enviado pelo governador Rui Costa (PT) para a Assembleia Legislativa da Bahia (AL-BA) continua rendendo protestos. Ontem foi realizada uma grande mobilização organizada pela APLB - Sindicato, Sindsaúde, Sindsefaz, Sinpojud, entre outros, com a participação de entidades e representantes de várias outras categorias de servidores estaduais. Um dos pontos mais polêmicos do pacote é o aumento da alíquota da Previdência Social, de 12% para 14%. O professor Rui Oliveira, presidente da APLB, afirmou que

a entidade mobiliza a categoria para uma paralisação geral nos próximos dias 10 e 11 de dezembro (segunda e terça da semana que vem). "Nós fizemos uma grande manifestação aqui na Assembleia Legislativa. Como tinha um projeto sobrestando a pauta, ele deveria ser votado. A oposição pediu vista e suspendeu a sessão", disse. Segundo o sindicalista, os demais sindicatos ainda decidirão se irão ou não aderir ao movimento paralista da semana que vem. "Nós estamos convocando todas as categorias do funcionalismo público para se mobilizarem. Nós da APLB estamos recomen-

dando parar a rede estadual na segunda e terça, com atos durante a tarde aqui", completou.

Um projeto de lei do Executivo sobre a remissão de créditos tributários e a reinstalação dos benefícios fiscais, que seria votado ontem, acabou sendo adiado após pedido de vista da oposição. O grupo adversário de Rui Costa está engajado em obstruir a votação do pacote.

A vereadora Aladilce Souza (PCdoB), diretora do Sindsaúde, sugeriu que o governador convoque uma mesa de negociação e converse com os segmentos para buscar outras alterna-

Foto: Vagner Souza/Bocão News



tivas para preservar o poder de compra dos salários. "Espero que o governador chame o conjunto das entidades sindicais para conversar. É uma medida extrema essa de aumentar a alíquota. Nós sabemos que há dificulda-

des nas contas do governo, mas é preciso discutir com as categorias porque são quatro anos sem reajuste. O poder de compra vem sendo corroído porque todos os preços são corrigidos pela inflação e os salários não

foram. Então, foi uma redução da remuneração, em vez de uma correção que todo o trabalhador espera", criticou a correligionária do chefe do Palácio de Ondina.

A comunista também criticou a pouca quantidade de concursos públicos e o modelo de contratação via Regime Especial de Direito Administrativo. "Essa questão do déficit da Previdência está relacionada com a falta de recurso público. Acho que é preciso que o governo repense essa política de terceirização dos serviços públicos. O terceirizado não contribui para a previdência própria, e sim para a geral. Você também tem o Reda que também não contribui. A maioria do pessoal hoje é contratado através de Reda e terceirizados". (HB)



A OPOSIÇÃO na AL-BA, liderada por Luciano Ribeiro, conseguiu esticar debate sobre a reforma administrativa com pedido de vista

"Governo precisa esclarecer criação de cargos"

O pedido de vista apresentado pela Bancada de Oposição, na sessão de ontem, referente a um projeto de lei do Executivo, que sobrestava a pauta conseguiu adiar a votação de propostas que integram o pacote do governador Rui Costa (PT), na Assembleia Legislativa da Bahia. A estratégia oposicionista foi a de prolongar o debate e buscar mais explicações do governo, em relação a questões que apresentam controvérsias, dentro da reforma administrativa. Segundo o líder da bancada, deputado Luciano Ribeiro (DEM), o gestor estadual precisa esclarecer a extinção de 1.834 cargos e a criação de mais 1.615 cargos em comissão e mais seis no Quadro Especial da

Casa Civil, havendo uma redução de 213 cargos na administração pública estadual, pertencentes ao DAI -6 com salário de R\$ 788,06. Além desses podem ser extintos 212 cargos da Conder, empresa pública que o Governo propõe também acabar.

"A reforma administrativa do governador apresenta incoerências, quando propõe extinguir cargos, criar outros e ainda aumentar o salário de alguns. Tudo isso está sendo colocado sem nenhuma clareza. É preciso que essas questões sejam mais debatidas e que a população saiba o que está acontecendo, pois o governador se elegeu dizendo em sua propaganda que o estado da Bahia estava às mil maravilhas e

agora vemos que isso era apenas um discurso eleitoral e que as contas não estavam equilibradas", criticou.

A oposição apresentou emendas para que sejam suprimidas da reforma, a extinção da Conder, a não redução da contribuição dos Poderes no Planserv. Em outra emenda, a bancada pede que o governo retire o artigo que aumenta a alíquota de contribuição do Funprev de 12% para 14% e a criação de taxas no sistema de transporte rodoviário, hidroviário e aeroviário no estado. Ontem, o líder do governo, deputado estadual Zé Neto (PT), rebateu os oposicionistas: "Eu acho que ao invés de fazer esse disse me disse, a oposição

tem que sentar conosco para buscar solução para se buscar recursos e não entrar na dificuldade de atraso de salário. Vamos entrar a nossa máquina administrativa e a previsão é de R\$ 400 milhões de engugamento. Não é muito, mas o pior é não fazer algo", disse.

RESPOSTA

Ontem, o líder do governo, deputado estadual Zé Neto (PT), rebateu os oposicionistas na Assembleia Legislativa